

POSICIONAMENTO DO PARTIDO
ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA NACIONAL (ADN)
SOBRE AS MEDIDAS SANITÁRIAS

1. Obrigatoriedade do uso de máscara;

Em nenhuma circunstância.

2. Confinamentos universais;

Em nenhuma circunstância

Os resultados dos confinamentos universais não demonstraram, sem margem para dúvidas, que são uma solução eficaz, bem pelo contrário, mais uma vez, existem outros países que nunca confinaram e estão melhor do que Portugal.

3. Confinamentos parciais;

Em nenhuma circunstância

O que temos observado ao longo de dois anos são confinamentos “à la carte”, reveladores de graves incongruências, ignorância e falta de bom-senso, sem qualquer resultado.

Continua sem explicar a nível científico qual a razão de nunca se ter colocado a hipótese da imunidade de grupo ou optarmos por criar melhores condições no SNS e dar uma maior protecção aos grupos de risco e comunidade sénior.

4. Encerramento de atividades não-essenciais;

Em nenhuma circunstância.

Não aceitamos que sejam as pequenas e médias empresas as mais prejudicadas pela falta de capacidade do Governo e restante partidos políticos em mudar o foco da luta contra a pandemia.

5. Adiamento de consultas, exames e cirurgias não urgentes;

Em nenhuma circunstância.

Esta situação impede que as pessoas possam ser diagnosticadas a tempo ou não tenham possibilidade de sobreviver, por causa de uma doença que venham a contrair ou que já tenham contraído, devido à ausência de consultas e exames.

Quanto às cirurgias, o problema resolve-se, mais uma vez, com um SNS mais eficiente e bem gerido.

6. Obrigatoriedade de vacinação contra a COVID-19;

Em nenhuma circunstância.

A Constituição portuguesa e a Declaração dos Direitos do Homem é muito clara nessa questão e o ADN é um partido que defende os direitos constitucionais dos portugueses, pelo que, a vacinação contra a Covid-19 deverá manter-se dentro da liberdade de escolha de cada um.

Relembramos que a vacina, alegadamente, apenas pode proteger o indivíduo e não a comunidade, pois não imuniza ou impede o contágio, pelo que, é contra o próprio senso-comum obrigar uma pessoa a vacinar-se contra a covid-19.

Consideramos que o que deve ser tornado obrigatório é todos os portugueses terem acesso a um SNS eficiente, sem listas de espera, com melhores cuidados paliativos, com um maior número de camas disponíveis, com mais hospitais fora dos grandes centros urbanos, com mais pessoal médico, entre outras coisas essenciais para a população.

7. Imposição de certificado digital COVID;

Em nenhuma circunstância.

O certificado digital está enfermo de ilegalidades e inconstitucionalidades, sendo que, também contribui para transmitir uma falsa sensação de protecção, pelo que, condenamos a sua própria criação, que apenas veio criar uma verdadeira segregação em Portugal.

8. Discriminação de não vacinados;

Em nenhuma circunstância.

Somos contra a existência de qualquer discriminação contra cidadãos nacionais, em particular nesta situação.

9. Encerramento de fronteiras;

Em nenhuma circunstância

Vemos por outros exemplos de países que encerraram fronteiras durante meses, que essa não é uma situação eficaz no controlo desta pandemia.

Sempre estivemos a favor da imunidade de grupo por via natural.

10. Censura de opinião;

Em nenhuma circunstância.

Pelo contrário, somos a favor da criação de programas educativos, em rádios e televisões, onde fosse possível observarmos as várias posições científicas e médicas sobre a pandemia, possibilitando o contraditório a todos os que têm sido pagos por farmacêutica e laboratórios para irem comentar nos órgãos de comunicação social.

11. Alterar a Constituição nesta matéria;

Em nenhuma circunstância.

Utilizando o argumento que os partidos que têm governado o país nos últimos 47 anos sempre referem, somos contra mudar leis para fazer face a situações de instabilidade, pois, são nessas alturas em que se cometem os maiores atentados contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Relativamente a esta situação de pandemia, era dar uma arma a todos os que não têm interesse que o povo possa viver em liberdade ou ter pensamento crítico.

12. Isolamento compulsivo por razões sanitárias sem aval médico ou judicial.

Em nenhuma circunstância.

Esta situação é o permitir abrir a porta para situações dantescas e tiranas, visto que Portugal não é um país onde se possa confiar plenamente nas pessoas que controlam as instituições que nos regem, principalmente se não houver uma protecção mínima do cidadão contra certos abusos de autoridade, tal como acreditamos que iria acontecer se permitíssemos uma situação destas.

Dar poder a um funcionário administrativo para mandar prender alguém, até com base numa mentira por vingança, é pior do que aconteceu na 2.ª Grande Guerra Mundial com o Nazismo ou com o que sucedia na antiga URSS com os casos dos Gulags ou do genocídio de Holodomor levado a cabo pelo governo soviético.